

# PERCURSOS NA LUTA DE COLETIVOS CULTURAIS DAS PERIFERIAS DE SÃO PAULO

[ ARTIGO ]

**Tâmara Pacheco**

*Universidade de São Paulo  
Escola de Artes, Ciências e Humanidades*

## [ RESUMO ABSTRACT RESUMEN ]

A principal bandeira de denúncia do movimento negro brasileiro desde o fim da década de 1970 é o genocídio da juventude negra. Ele tem se mostrado atual e vem ganhando evidências por meio de novas formas de atuação e em razão dos avanços de políticas sociais em regimes democráticos, principalmente a partir da década de 1990 e das mudanças paradigmáticas do modo de produção capitalista. O processo mais recente de democratização do país, com a conquista da constituição cidadã a partir de 1988, é marcado por contradições, avanço do neoliberalismo, ameaças à democracia brasileira e aumento dos índices de violência, em que o jovem negro da periferia se tornou o “inimigo do Estado”. Utilizando o conceito de colonialidade do poder, de Quijano, e o de necropolítica, defendido por Mbembe, procuramos compreender a práxis política de coletivos culturais das periferias da cidade de São Paulo que, ao tensionar as estruturas do Estado a partir de alternativas de sociabilidade, propõem um novo sentido à esfera pública. Para um entendimento do protagonismo negro na formação histórico-social do Brasil, faz-se necessário adentrarmos ao modo de produção escravista, no qual a questão racial se dá com o colonialismo e os conflitos de classe entre escravizados e senhores. Moura chama de quilombagem as estratégias de negação ao sistema escravista por parte dos escravizados. Hoje, essa prática se atualiza com os coletivos periféricos.

**Palavras-chave:** Necropolítica. Quilombagem. Colonialismo. Colonialidade do poder.

The main denunciation flag of the Brazilian black movement since the end of the 1970s is the genocide of black youth. It has been current and is gaining evidence with new forms of action and due to advances in social policies in democratic regimes, mainly since the 1990s and the paradigmatic changes in the capitalist mode of production. The most recent process of democratization in the country, achieving the citizen constitution from 1988, is marked by contradictions, the advance of neoliberalism, threats to Brazilian democracy, and the increase in violence rates, in which the young black man from the periphery becomes the “enemy of the State.” Using Quijano’s (2005) concept of Coloniality of power and the concept of Necropolitics, defended by Mbembe (2012), we seek to understand the political praxis of cultural collectives from the outskirts of the municipality of São Paulo that, by putting tension on State structures based on sociability alternatives, propose a new meaning to the public sphere. To understand black protagonism in the historical-social formation of Brazil, it is necessary to enter the slave mode of production, where the racial issue occurs with colonialism and class conflicts between slaves and masters. Moura (2001) calls “quilombagem” the strategies of denial of the slavery system by the enslaved. Today, this practice is updated with peripheral collectives.

**Keywords:** Necropolitics. Quilombagem. Colonialism. Coloniality of power.

La principal bandera de denuncia del movimiento negro brasileño, desde finales de los años 1970, es el genocidio de la juventud negra. Este tema está vigente y cobra evidencia a través de nuevas formas de acción, debido a los avances en las políticas sociales de los regímenes democráticos, principalmente a partir de los años 1990 y los cambios paradigmáticos en el modo de producción capitalista. El más reciente proceso de democratización del país con la conquista de la Constitución ciudadana, iniciada en 1988, está marcado por las contradicciones, el avance del neoliberalismo, las amenazas a la democracia brasileña y el aumento de los índices de violencia, en los cuales el joven negro de la periferia se convierte en el “enemigo del Estado”. Utilizando el concepto de colonialidad del poder de Quijano y el concepto de necropolítica, defendido por Mbembe, buscamos comprender la praxis política por parte de colectivos culturales de la periferia de la ciudad de São Paulo que, al poner en tensión sobre las estructuras del Estado, basadas en alternativas de sociabilidad, proponen un nuevo significado a la esfera pública. Para comprender el protagonismo negro en la formación histórico-social de Brasil, es necesario ingresar al modo de producción esclavista, en el cual la cuestión racial ocurre con el colonialismo y los conflictos de clases entre esclavos y amos. Moura llama “quilombagem” a las estrategias de negación del sistema esclavista por parte de los esclavizados. Hoy esta práctica se actualiza con los colectivos periféricos.

**Palabras clave:** Necropolítica. Quilombagem. Colonialismo. Colonialidad del poder.

## Introdução

---

Em um momento de esvaziamento do debate político nas esferas públicas tradicionais do Estado, a cultura periférica vai criando espaços alternativos como forma de expressão e organização política. A luta antirracista vai ganhando outros contornos, para além do que foi o Movimento Negro do período da ditadura (no fim dos anos 1970 e início dos anos 1980), depois de uma fase em que militantes daquela geração passaram a ocupar cargos públicos e se vincular a partidos políticos. Posteriormente, com a abertura democrática, ocorrem avanços nas legislações por igualdade racial a partir dos anos 1990, onde parte desse grupo vai também se constituir em ONGs (Organizações Não Governamentais), conforme explica Oliveira (2015). É quando se alcança, pela primeira vez, um debate importante na esfera pública. As conquistas dessa geração foram valiosas, porém ainda não suficientes para a superação do racismo e por igualdade de direitos.

A esse cenário se junta uma geração de intelectuais e militantes progressistas da classe média que, de acordo com Oliveira (2021), é em boa parte oriunda do movimento estudantil e protagonizou importantes lutas contra a ditadura militar e o autoritarismo, em defesa dos direitos humanos e sociais. Essa geração está, atualmente, em boa parte do comando das organizações partidárias ou são analistas na mídia, mantendo uma participação contínua no debate da esfera pública. De algum modo, estão atuando no plano institucional, controlando os aparelhos e tutelando as demandas sociais, ao mesmo tempo em que ficam distantes da realidade

dos movimentos de base. No entanto, o processo de democratização mais recente, demarcado por um governo progressista, possibilitou a formação de outra geração mais jovem, composta por sujeitos políticos e oriunda dos movimentos das periferias, que passam a questionar as instâncias de poder. Eles estão imersos em um discurso proibicionista do Estado sob o argumento de produzirem uma cultura da violência, mas que, na análise de Oliveira (2021), faz parte de uma política hegemônica de continuidade à segregação racial, com sujeição da população negra associada à sua marginalização e desvio.

A origem, o lugar de nascimento, o território onde moram, a criação e a cultura periférica marcam seus corpos, reforçando o estigma e o rótulo de “suspeito” pela sociedade. São esses os “inimigos do Estado”, representações do imaginário social submetidos às piores condições empregatícias e aos piores salários, por serem sujeitos periféricos que integram coletivos culturais em territórios vulnerabilizados.

D’Andrea (2013) fala da construção dos sujeitos periféricos que vão se sobressair a partir da década de 1990, influenciados pelas narrativas do movimento hip hop, pelo samba e sarau que começam a alterar o cenário dos bairros mais distantes da cidade. São outras subjetividades que vão se formando, trazendo perspectivas novas da potencialidade desses territórios. Esses grupos se fazem presentes nos desdobramentos de bandeiras e denúncias de um processo histórico da luta antirracista, dando novos significados aos seus espaços a partir da ideia de cultura. Uma explosão de atividades culturais nas periferias começa a refletir sobre o sentido de

cidadania nesses movimentos renovados que sofreram as consequências diretas da entrada do neoliberalismo, caracterizado pela desregulamentação do sistema social e a militarização.

Com as mudanças paradigmáticas no modo de produção capitalista a partir do neoliberalismo, que atinge fortemente populações periféricas, apresenta-se um novo cenário de luta de classes, em que a classe trabalhadora das décadas anteriores ganha outros sentidos, num novo contexto de opressões que se dão nesses territórios. A flexibilização do trabalho influenciou negativamente a percepção do trabalhador como pertencente a uma classe, dificultando sua organização e propondo novos desafios nas reivindicações. Junto a isso, boa parte da população negra sempre trabalhou nos piores níveis de labor, vivendo muitas vezes na informalidade, como aponta Moura (2021). Dentro da situação concreta do preconceito e da marginalidade desde o pós-abolição e processo de urbanização, o negro da periferia tinha que se organizar para sobreviver, e a cultura negra serviu como elemento aglutinador.

## **Colonialidade do poder e necropolítica**

---

Quando nos referimos ao colonialismo, reportamos à herança que o domínio ibérico nos deixou, o que dá subsídios para o que Quijano (2005) concebe em termos de colonialidade do poder, considerando a raça como categoria mental da modernidade atuante no gerenciamento do mercado

mundial de trabalho. Segundo o autor, a Divisão Internacional do Trabalho (DIT) é a base para a constituição do mercado mundial, organização essa que se dá internamente com o ingresso seletivo ao mercado formal, possibilitando a superexploração do trabalhador, e que, de acordo com Moura (1994), sustentará e consolidará o capitalismo dependente formado nos países de Terceiro Mundo da América Latina, e conseqüentemente no Brasil, após o regime escravocrata.

Fanon se refere ao conceito de situação colonial, o colonialismo, como um fenômeno social que compreende a dimensão econômica, política, cultural e psíquica da dominação (FAUSTINO, 2018, p. 44). A construção de colonialidade do poder (QUIJANO, 2005), que parte desse pressuposto e avança na sua complexidade em termos de sua mundialização, é explicada pelo exercício de burocracia estatal e privada por parte das classes dominantes, que operam os mecanismos institucionais e ideológicos para manter o *status quo* e naturalizar as relações sociais.

Os territórios periféricos são as remodelações dos territórios coloniais que fala Mbembe (2016), lugares onde a soberania se exerce pela política para além dos limites, onde se define quem vive e quem morre, onde se pratica o Estado de exceção e a guerra sem fim (em nome da paz). Raça, território, poder e Estado de exceção são categorias fundantes do racismo atual. A colônia na composição do terror, a partir do olhar europeu, gerencia a guerra por ordem jurídica, em que a igualdade do Estado justifica o direito à guerra em serviço da “civilização”. A negação racial entra como elemento-chave, colocando o colonizador

contra o “inimigo selvagem”. Interessa-nos observar como estratégias de um projeto de poder civilizatório naturalizam e legitimam as relações sociais. No caso brasileiro, a propagação das relações de poder justifica hoje não só o direito de matar, mas também a produção de um Estado de exceção que se dá nos territórios periféricos, em uma espécie de apartheid social, conforme retrata Mbembe (2016).

Com Fanon e Foucault, Mbembe (2014; 2016) analisa os feitos psicossociais dessa violência, tendo em vista as classes sociais e os contextos de fundo ideológico. A construção da soberania do poder significa a instrumentalização da existência humana e destruição de corpos. A necropolítica é uma forma adequada ao capitalismo porque usa a militarização como modelo de gestão possível junto com a desregulamentação dos contratos de trabalho, levando à precarização social.

O elemento paradoxal do mundo colonial é recolocado na estrutura da modernidade quando Mbembe (2014) fala da experiência colonial. O escravizado rompe com o mundo das “coisas” e com a condição de expatriado, apresentando formas diferentes das relações humanas por meio de seu corpo. Apesar da reclusão simbólica e do terror ao que o escravizado era submetido, o autor explica que “[...] ele ou ela desenvolve compreensões alternativas sobre o tempo, sobre o trabalho e sobre si mesmo” (2014, p. 132). Nesse sentido, o espaço do colonialismo moderno se torna potencializador para o exercício da quilombagem (MOURA, 2001) como ação política cultural dentro dos territórios periféricos brasileiros, o que abordaremos mais adiante.

Para Quijano (2005), a entrada das nações do continente americano na modernidade se dá de forma fragmentada, subsumida e violenta, gerando transtornos profundos nas sociabilidades das cidades. Conceito este que está na gênese dos estudos decoloniais, pois não existe colonialidade sem modernidade, referindo-se a um conjunto de elementos objetivos e subjetivos que fundaram um modo de existência social, configurando a sociedade moderna tal como a conhecemos, dentro então de uma razão fundante. A modernidade é um projeto civilizatório que se produz na violência.

O contexto possibilitador da violência nas sociedades capitalistas periféricas da América Latina parte do regime escravocrata, atravessado pelo ordenamento patriarcal (OLIVEIRA, 2018). Racismo e machismo se interpõem como mecanismos de opressão, dando lugar a subalternização desses territórios no sistema-mundo atual. Dessa mesma herança, o patrimonialismo na perspectiva social da propriedade privada e da família, sob a hegemonia masculina, facilita a formação de um elo em defesa do patrimônio.

Quijano (2005, p. 108) argumenta que as “[...] novas identidades históricas produzidas sobre a ideia de raça foram associadas à natureza dos papéis e lugares na nova estrutura global de controle do trabalho”. Por isso, Moura (1994; 2021) e Gonzalez (1979), quando fazem alusões constantes a partir do período da escravidão na atualidade, estão falando que o lugar das negras e negros no Brasil é o do escravizado, do subalterno, e nunca o lugar da cidadania que pressupõe uma igualdade

de direitos. Tidos como “maus cidadãos” (MOURA, 2021), não são tolerados em espaços da cidadania. Moura (1994; 2021) vai demonstrar que as ações coletivas da população negra, no campo da sua cultura e no campo da organização comunitária, vão no sentido de tensionar isso. Existe uma ação reativa da população negra e periférica que, ao mesmo tempo em que reivindica sua especificidade enquanto *sujeito periférico*, também reivindica o seu direito por igualdade social.

### **Democratização, esfera pública e ação do capital**

Nesse horizonte, as manifestações mais evidentes marcadas pela colonialidade (QUIJANO, 2005), legitimada pelo regime escravista no Brasil Colonial e Império, vão se desdobrar em diversos governos autoritários e conservadores, inclusive serão reproduzidas em regimes democráticos ao estabelecerem acordos feitos de cima, conforme aborda Oliveira (2021). Como após o regime militar, de 1964 a 1985, as estruturas das políticas de segurança pública se mantiveram intactas, foi garantida a permanência de determinados mecanismos de racismo no país como a violência policial, o encarceramento em massa e o genocídio de jovens negros nas periferias em governos democráticos. Essa herança foi renovada de maneira sofisticada por meio de tecnologias e aparatos repressivos.

Pela análise de Cancline (1988), podemos dizer que a emergência de sujeitos coletivos periféricos culturais se deve ao processo de democratização das estruturas institucionais de poder das sociedades latino-americanas no final dos anos 1980, onde o fim das ditaduras militares

coincidiram com a entrada do discurso único do neoliberalismo. A reconstrução de espaços públicos possibilitou que as expressões das culturas populares começassem a ter certa visibilidade. Hall (2011) reforça que o discurso da identidade emerge como nova fonte de conflito, pela imposição à concepção autocentrada de sujeito e pela crise do Estado-Nação, que estava impondo uma nacionalidade unitária.

Diante das diversas formas de opressões, Oliveira (2018) explica que a reivindicação por igualdade de direitos na democracia fez com que expressões culturais negras, indígenas, femininas e populares passassem a buscar voz coletiva. Porém, os debates iniciados nessas novas esferas públicas foram apagados pela pressão do grande capital transnacionalizado, que passa atuar como mediador.

Essa configuração se dá no plano da geopolítica devido à pressão ideológica que surgiu no pós-Guerra Fria e se transformou numa força hegemônica, em que o capital começa a construir uma arquitetura global institucional, mediando as diferenças culturais existentes em várias localidades, e se interconecta globalmente a partir das tecnologias de informação e comunicação, de acordo com Comparato (2014 apud OLIVEIRA, 2018). Nessa expansão global, o capital coloniza, reestrutura e reorganiza territórios, estabelecendo conflitos de sentidos e de processos de significação, explica Oliveira (2018).

A atual fase de acumulação flexível do capital é chamada de globalização neoliberal, com a mudança de paradigma para o modelo de produção toyotista e flexibilizando as relações de trabalho.

A produção em pequena e diversificada escala, restringindo o mercado consumidor, traz alterações profundas no campo social brasileiro, de acordo com o autor. Ocorre, então, a apartação social entre aqueles que conseguem se incluir no mercado de trabalho e consumo e aqueles que ficam de fora; a destruição do espaço público e sociedade civil; a ineficácia de políticas públicas hegemônicas que transformam direitos em privilégios; e o esvaziamento da ideia de democracia e justiça social.

Para Mills (2013), essa clivagem no mercado de trabalho é a expressão máxima da exclusão de negras e negros do contrato social. O filósofo jamaicano defende em sua análise epistemológica que o contrato social vai agir como um dispositivo de dominação, classificando-o como contrato racial. São raciais porque o arquétipo do cidadão constituído nesse processo de democracia liberal é o homem branco, então negros e mulheres são subcidadãos. Por isso quando Moura (2021) traz a percepção de mau cidadão, ele aponta que a esfera pública de cidadania não permite e interdita a participação de negras e negros. Eles só são tolerados sob o aspecto da racionalidade branca, por um regime de tutela, enquanto “bons escravos”. Esse debate está presente inclusive no campo da esquerda, conforme afirma Oliveira (2021).

As transfigurações dos espaços de relações humanas são produto de uma nova concepção de ser humano com o rearranjo neoliberal, centrado em si mesmo, na perspectiva de uma mercadoria. Torna-se “vendedor de si mesmo” na prática de empreender para garantir seu papel de consumidor. “O isolamento da vida cotidiana e a transformação dos espaços privados da

casa em lugar de trabalho” traz, segundo Oliveira (2018), esse ideário de novo estilo de vida. Isso porque, nesse momento de máxima concentração do capital, as fronteiras de expansão atingem os espaços urbanos e configuram locais dentro dos seus interesses; e os eventos culturais mobilizam valores simbólicos.

Além disso, a atual configuração do capitalismo, atrelada à singularidade da versão dependente no Brasil, desloca a luta contra o racismo para contra as classes dominantes, deixando de lado o fundamento sistêmico da dominação. Decorre disso a ilusão das possibilidades do seu enfrentamento pela participação de negras e negros nos aparatos públicos e privados voltados à manutenção da ordem capitalista. E, mesmo a ideia de viabilidade de inclusão social pelas políticas de ações afirmativas, bem como a eleição de forças progressistas, deslocou a busca pela equidade social para a disputa por espaços de poder, deixando de lado a luta pela apropriação dos meios de produção por parte dos oprimidos (OLIVEIRA, 2021, p. 182).

O autor reforça que segmentos como o sistema jurídico, educacional e administrativo são orientados por uma clivagem racial, não por conta de uma deformação de seus agentes, algo que apenas se dá pelo plano moral, mas por uma necessidade institucional para o bom funcionamento do capitalismo dependente. Hoje, isso também acontece no campo da esquerda, com a exclusão do negro do contrato social e da agenda antirracista na esfera pública, articulado ainda com a institucionalização de lideranças dos movimentos sociais que se aproximam das dinâmicas das burocracias institucionais. Almeida (2019) alerta que a



reivindicação de negras e negros nos espaços institucionais é uma bandeira importante, mas não é suficiente para enfrentar o racismo estrutural. Estar dentro de espaços da racionalidade, cujas regras operam a manutenção do sistema é, portanto, reproduzir os mecanismos do racismo estrutural, conscientemente ou não. No entanto, ambos os autores concordam que há uma necessidade de negras e negros na conquista dos espaços de poder, para tensionarem e reinventarem suas práticas.

### **Quilombagem na ação de coletivos periféricos**

---

Tendo em vista que o sistema estrutural mantém a marginalização das populações negras por mecanismos de bargagens diretas e indiretas, de acordo com Moura (2021), dentro de uma organização capitalista da sociedade competitiva, não se resolve o problema da desigualdade e das relações raciais pela integração do negro nos espaços de poder da sociedade de classes, pois não se trata apenas de dar condições melhores para negras e negros competirem. Para o autor, uma nova ordem social como solução depende de processos que requerem uma práxis negra a partir da radicalidade do Brasil negro e, por isso, a constituição de espaços públicos requer teoria e prática. Inseridos no fenômeno da colonialidade do poder (QUIJANO, 2005), grupos oprimidos, como os coletivos culturais das periferias de São Paulo, denunciam diversas formas de opressão e sua expressão máxima que é extermínio da juventude negra. Ao questionarem as versões instituídas por meio

de ações político-culturais, a partir das experiências em seus próprios territórios, eles propõem mudanças nas estruturas sociais, se apropriando de seus mecanismos para então incidirem sobre tais.

Moura (1994) explica que as culturas africanas, durante a escravidão, e dos afro-brasileiros, depois, diante das manobras da classe senhorial e do aparelho ideológico dela, passaram a ser instrumento de autodefesa dos oprimidos socialmente, etnicamente e economicamente, transformando-se em anteparos de resistência social. O autor define como “quilombagem” a ação dos quilombos no ato de fuga dos escravizados no Brasil que, mesmo sem um projeto político, mas no plano da totalidade do processo histórico de sua existência, articulam como arma permanente a negação ao sistema, com eixo na relação de trabalho entre o senhor e o escravo. É no nível de produção que a quilombagem atinge o sistema escravista, desgastando-o, e onde a luta de classes é inaugurada por esses sujeitos históricos.

Como prática rebelde, o autor levanta as características principais dessa negação: a produção voltada para a própria população e não para o mercado mundial; o modo libertário; e as conexões com as tradições de matriz africana, como a recuperação da subjetividade e a propriedade comunitária da terra. Trata-se da recuperação da condição de humanidade negada pelo sistema escravista. Esse aspecto, segundo Oliveira (2021), demonstra as potencialidades políticas das manifestações culturais negras.

Moura (1994) fala da transição do escravismo para o capitalismo dependente,

período caracterizado por uma modernização sem mudança, pois as condições de reprodução do capital, como o racismo e o latifúndio, permanecem inerentes à nova sociedade, guardando íntimas ligações com a estrutura escravista. Isso é fundamental para entendermos ainda nos dias de hoje o sentido de enfrentamento do racismo estrutural, no que o movimento negro pronuncia como abolição inacabada. O “fim do escravismo” e a “instituição do trabalho livre” não afetou os interesses das oligarquias, principalmente pela manutenção da propriedade de terra e o incentivo à imigração, que interditavam o acesso de negras e negros à sociedade.

Para Gonzalez (1979), o Brasil se torna um modelo de “dependência econômica neocolonial” quando junta formas produtivas à formação de uma massa marginalizada. São questões relativas ao desemprego e subemprego que incidem justamente na força de trabalho pertencente à população negra brasileira. A situação do negro no mercado de trabalho se dá pela sistemática perseguição, opressão e violência policial, em termos dos mecanismos mais cruéis de exclusão. Ocorre que mais da metade da população brasileira é constituída por jovens, e na maior parte afro-brasileiros. Eles estão em situação de desvantagens em termos de habitação, saúde, educação, trabalho e lazer, e a negação por eles a essa realidade hostil é, primeiramente, uma questão de sobrevivência.

### **Coletivos culturais periféricos em tempos de pandemia**

Ao levarmos em conta as demandas da luta antirracista do movimento negro na atualidade, dentro de sua diversidade de

atuação, a renovação que se dá com a participação dos coletivos culturais das periferias de São Paulo possibilita observarmos a criação de novos suportes políticos, como a ocupação de espaços, manifestações artísticas culturais e atividades pedagógicas, que são utilizados para ressignificar territórios periféricos e se apropriar de debates sobre o uso de espaços e bens públicos na cidade de São Paulo, assegurando o bem-estar de seus habitantes.

São jovens que têm consciência de classe, de raça e de gênero, vêm de uma formação política que se dá principalmente com a experiência prática em seus territórios, e do acesso às políticas públicas sociais do governo Lula e Dilma. Da vivência no cotidiano de precariedades, como revelam as letras de rap dos Racionais MC's, e os ritmos das batidas dos tambores das celebrações negras, ao ressoarem revoltas, o Estado brasileiro é expresso como uma máquina de guerra permanente contra os pobres, os indígenas, os negros e os habitantes das periferias, e o genocídio é um projeto de país, com a morte andando à espreita. Faz parte da luta histórica do movimento negro a busca incessante por denúncias, que não acabou em mais de cinco séculos de Brasil. Falamos de uma luta política que envolve disputas de sentidos sobre aquilo que ocorreu no passado e ainda é reproduzido no presente. Além disso, a onda de autoritarismo, que se propaga no mundo pela manutenção do sistema, tem impulsionado diversos atos de protestos radicais que se reverberam pelo planeta, como foi o caso do assassinato de George Floyd<sup>1</sup> em Minneapolis, nos Estados

---

1 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/06/george-floyd-sera-enterrado-nesta-terca-em-houston-ao-lado-de-sua-mae.shtml>. Acesso em: 30 jul. 2021.

Unidos, e que também teve repercussão no Brasil, inclusive abrindo espaço para a imprensa hegemônica, que como nunca começa a pautar as lutas antirracistas.

Em um cenário de desmonte da sociedade trabalhadora, da má gestão da pandemia ao aumento do conservadorismo, convertido em violências sistêmicas, buscamos entender a complexidade que se inserem grupos de cultura periférica por meio de atividades de formação promovidas pelo Observatório de Coletivos Culturais das Periferias do Centro de Estudos Latino Americanos sobre Cultura e Comunicação (CELACC) da Escola de Comunicação e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP)<sup>2</sup>, evidenciando as condições de vida, as estratégias de resistência e práxis políticas de seus principais agentes. A covid-19 escancarou as desigualdades sociais, no qual o grande responsável é o modelo neoliberal, a partir do processo histórico denominado colonialidade do poder (QUIJANO, 2005) que, além de operar a serviço do capital numa lógica de desmonte das políticas sociais, pratica uma necropolítica (MBEMBE, 2016) em que corpos são matáveis em territórios periféricos e apartados em um verdadeiro estado de sítio.

A população periférica, composta majoritariamente por negros e pardos, é a mais acometida, pois precisa trabalhar e não pode fazer isolamento social. As políticas neoliberais ganham maior relevância quando um governo genocida e negacionista propaga campanhas de desinformação

por meio de fake news e legislações arbitrárias, ajudando a construir a imagem de um mito como presidente<sup>3</sup>. A situação é dramática. No mesmo momento que enfrentamos a pandemia com mais de 560 mil mortes, temos 14 milhões de desempregados (CAMPOS, 2021) e batemos o recorde de extrema pobreza, com 40 milhões de famílias na linha da miséria (RECORDE..., 2021).

Não há uma ação estratégica territorializada por parte do poder público para conter a disseminação da doença, da falta de renda, da fome, onde os jovens negros periféricos são o principal alvo da truculência policial que aumentou sobre seus corpos nesse período (BORGES, 2021), enquanto ainda sofrem dificuldade de acesso à internet para obterem aulas remotas, para receberem auxílio emergencial por serem preteridos no mercado de trabalho e quiçá para concorrerem a editais culturais. Os mais vulneráveis são os mais afetados pelo alto desemprego e ofertas de má qualidade. As estratégias que surgem para conter a calamidade partem justamente dessa população. Representantes de movimentos sociais e comunitários se dedicam a criar amplas redes de apoio solidário, dos quais muitos são jovens de coletivos culturais. Inúmeras situações passam a ser gerenciadas por esses “sujeitos periféricos” (D’ANDREA, 2013) os quais, ao mesmo tempo que atuam na linha de frente em defesa da vida, são os mais sobrecarregados, tendo que trabalhar, estudar, fazer longos percursos nos transportes públicos lotados etc.

---

2 Disponível em: <http://celacc.eca.usp.br/?q=pt-br/occp/1787>; <https://www.facebook.com/occpoficial>. Acesso em: 30 jul. 2021.

---

3 Disponível em: <https://brasil.elpais.com/opiniao/2021-07-07/bolsonaro-e-mito-sim.html>. Acesso em: 8 jul. 2021.

Mesmo com os restritos investimentos públicos e necessidade de apoio financeiro aos projetos culturais antes e durante a pandemia, os coletivos não param. E devido ao caráter emergencial dessa crise humanitária, eles tiveram que se reinventar e se organizar em diversas frentes. Referimo-nos a uma crise sobre outra crise que vinha se intensificando desde 2016, abarcando as inconsistências, cortes e descontinuidades das políticas culturais oficiais, a inexistência de sistemas adequados e abrangentes de fomento e financiamento às culturas periféricas, a informalidade no tratamento com os trabalhadores da cultura e, conseqüentemente, a precariedade como norma dentro dessa realidade.

Esse avanço do sistema capitalista, cuja doutrina liberal afasta “sujeitas e sujeitos periféricos” (D’ANDREA, 2013) da participação política de esfera pública, começando pelo âmbito do trabalho (QUIJANO, 2005), dá lugar à lógica do individualismo, competição e exclusão. Em contrapartida, é justamente com base nessa sociabilidade imposta pelo capital que reinventam formas alternativas de convívio social e protagonismo político dentro de práticas solidárias, se aproximando da proposta da “quilombagem” em termos de “propriedade comunitária da terra”, como explica Moura (2001), ao compartilharem o mesmo espaço, como casas, praças, ruas, prédios, terrenos e galpões abandonados, com outros coletivos e gerenciarem projetos com a verba de editais públicos, quando são contemplados, de forma horizontal e inclusiva.

Pudemos observar grupos convidados pelo Observatório de Coletivos Culturais das Periferias durante a live “Da emergência

à concorrência: a corrida pelas políticas culturais na pandemia”<sup>4</sup>, em que se entrevistou representantes do Coletivo Floema e o Okupação Cultural Coragem, ambos da Cohab II, região de Itaquera, Zona Leste da cidade. Eles nascem da necessidade da juventude de se encontrar e fazer arte e política na quebrada, criando condições para a produção voltada para os próprios coletivos e seus territórios. Ações essas na contramão do sistema vigente, que remetem aos atos de fuga dos escravizados no período colonial. Os representantes desses coletivos não se contentam em só trabalhar e servir ao sistema, querem propor melhorias aos seus bairros, e entendem que isso também requer se apropriar dos mecanismos da esfera pública e lutar por eles, o que significa, por exemplo, disputar o orçamento público. No entanto, a existência dos coletivos está para além das políticas públicas, uma vez que eles surgem sem qualquer apoio oficial do Estado, indicando na situação de clandestinidade ou ilegalidade seu caráter libertário.

Por esse ponto de vista, notamos que as conquistas das políticas públicas culturais da periferia de São Paulo dos últimos 20 anos nascem dos conhecimentos obtidos na luta cotidiana e atuação em rede, criando condições para a estruturação de uma espécie de economia solidária como forma de sobrevivência e fortalecimento no confronto com o poder público para reivindicar o direito à cultura que se produz em seus territórios. Para seus

---

4 Live “Da emergência à concorrência: a corrida pelas políticas culturais na pandemia”, realizada dia 20 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qjQ8HmUBDdE>. Acesso em: 8 jul. 2021.

representantes, é importante reconhecer as conquistas como os editais do VAI e Fomento à Periferia, instituídos pela Prefeitura de São Paulo via Secretaria Municipal de Cultura, comparando quando não havia tais mecanismos. Ao mesmo tempo, admitem que produções culturais artísticas e políticas estiveram sempre presentes nas quebradas, independente dos investimentos públicos. Nessa perspectiva, as mobilizações culturais vão além das esferas de poder instituídos, pois procuram transgredir o sistema que os massacra.

Diante dos retrocessos nos últimos anos, fica evidente que a cultura periférica, com sua natureza de luta, tem ganhado contornos mais alargados em termos de cidadania, sinalizando seu caráter democrático mais radical. A disputa por espaços de poder, indo do orçamento público da cidade à participação política nas instituições públicas e até partidárias por meio de mandatos, são alguns efeitos desse tipo de experiência que se reinventa dentro das instituições, mas que se norteia, principalmente, para além das estruturas do Estado; quando estão articuladas com as demandas das bases, de seus territórios, do plano comunitário, e por assim dizer dentro de uma práxis política que chamamos de “quilombagem” (MOURA, 2001), com ares renovados.

Vale destacar que várias narrativas construídas por meio de suportes artísticos, revelando os cotidianos e as experiências vividas, expressam as diversas formas de violência do Estado, trazendo à tona um debate público que ajuda a tensionar órgãos oficiais por justiça e reparação. Apresentar contranarrativas é fundamental, uma vez que existe a naturalização da violência

na periferia pela criminalização de seus moradores, reforçada e proferida por propagandas oficiais.

Nos discursos dos entrevistados também verificamos que existem propostas políticas construídas pelos coletivos culturais surgidos nos subterrâneos da história de lutas da população periférica, essas alicerçadas pelos desafios da vida cotidiana e no reconhecimento da cultura negra e indígena de seus antepassados como parte dessa trajetória. Sinalizam, desse modo, a fundamental importância dos espaços alternativos para o exercício da participação política. Do enorme esforço na obtenção de acesso a esses mecanismos de políticas públicas ao estabelecimento de espaços de diálogo e conscientização, o aprendizado tem sido recorrente na direção de se avaliar resultados ao longo dos anos, de olhar para o passado e até de pensar em novas formas de se fazer políticas, a partir de articulações coletivas e solidárias como condição fundamental nas transformações da sociedade na valorização da vida e recuperação da condição humana, a partir do sentido do que é ser periférico.

## Considerações finais

---

A práxis política por parte dos coletivos periféricos está atrelada à ampliação do debate público no combate ao racismo na luta de classes quando sujeitos e sujeitos periféricos, historicamente silenciados, ganham voz ao protagonizarem ações que questionam as instituições do Estado, buscando romper com o caráter ideológico

e alienante oficial. Eles movimentam a constituição de uma esfera pública mais ampliada, apropriando-se dela para servir de veículo de suas principais denúncias e reivindicações partindo de uma prática democrática radical, a qual abordamos na perspectiva da quilombagem pela cultura negra. Durante o debate virtual com os convidados do Observatório dos Coletivos Culturais das Periferias, foi possível observar que algumas das demandas e desafios sociais desses grupos são evidenciados por novas formas de se pensar e fazer política, em termos de críticas à equidade assentada no contrato social. A construção de políticas populares se dá durante o processo de participação política coletiva e pressão social.

A forma que um crescente número de coletivos vem se organizando, sem se atrelar a nenhuma liderança populista ou instituição do Estado e muitas vezes sem nenhum recurso financeiro, criando redes de solidariedade, é uma amostra alarmante da distância entre as esferas políticas dirigentes e as ruas. Há uma transição de ação política dos espaços institucionais para os alternativos.

Nos discursos dos representantes dos coletivos, as repressões impostas pelo sistema os impedem de avançar e muitos vão ficando no caminho devido a inúmeras barreiras colocadas, como por questões de opressão de classe, raça e gênero, operada por uma violência sistêmica em que o jovem negro é o principal “inimigo do Estado”. É um cenário de necropolítica nos territórios periféricos. A trajetória de gerações passadas que produziram conquistas, como no caso a luta antirracista que se inicia com as negras e negros escravizados, é fundamental para dar sentido às ações políticas

do presente. Os processos de construção política por parte dos coletivos trazem à cena pública as tensões entre a História e as histórias dos indivíduos, o global e o local, o privado e o público, o Estado e os movimentos sociais.

Vivemos os efeitos do colonialismo marcado por uma escravização moderna sob o aparato das tecnologias de informação e comunicação, em que a existência dos sujeitos periféricos está atrelada à exploração laboral, dominação cultural, controle e subjugação de seus corpos no contexto neoliberal. A colonialidade do poder é a expressão do contrato racial na contemporaneidade.

Entre as questões a serem pensadas na construção de políticas por parte dos coletivos estão a necessidade de desmontar os mecanismos de institucionalização que normalizam o racismo estrutural da atualidade e se dão pela ação direta do capital, dentro dos arranjos institucionais da democracia liberal. Se o esquecimento e a morte são operados por meios das instituições do Estado dentro de um modelo que privatiza todas as esferas da vida, manipulando politicamente e ideologicamente os fatos, a práxis política dos coletivos direciona sua atuação com os saberes populares para além dessas estruturas. As políticas forjadas ao longo de séculos que são evidenciadas e levadas à esfera pública por esses grupos provocam o dissenso, rompendo com as formas consensuais que naturalizam a violência.

A garantia da chegada da democracia nas periferias não depende apenas da implementação de um projeto político de governo, é necessário levar em

consideração as políticas que estão sendo construídas de maneira subterrânea pelas periferias, nos espaços alternativos que vão se criando como lugares de outras socialidades. Além disso, a militarização da segurança pública justificada pela chamada “guerra às drogas” precisa ser revista junto a representações desses grupos.

Isso significa enfatizar outras maneiras de contar a história, outras formas de organização da vida e dos saberes, bem como a produção de novas subjetividades que não carreguem a herança dos padrões coloniais de poder vigentes na sociedade. São questões que emergem do dilema e significações entre autoritarismo e democracia, e que podem suscitar, do ponto de vista das epistemologias decoloniais e afrodiaspóricas, contribuições na superação do racismo e conquista por equidade para a transformação radical da sociedade brasileira. ■

#### [ TÂMARA PACHECO ]

Doutoranda desde 2021 e mestre em Ciências Sociais aplicadas pelo Programa de Mudança Social e Participação Política da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), da Universidade de São Paulo (USP) (2017); especialista – lato sensu – na área de ciências sociais em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos pelo Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação (CELACC) da Escola de Comunicação e Arte (ECA) na USP, em 2008, e graduada em Comunicação Social (Publicidade e Propaganda) pela Universidade Metodista de São Paulo em 2001. E-mail: tamarapacheco@usp.br

## Referências

---

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2019.

BORGES, Tiago. Mesmo com pandemia, assassinatos voltam a crescer no Brasil. **Periferia em Movimento**, 26 jul. 2021. Disponível em: <http://periferiaemmovimento.com.br/genocidiobrasil/>. Acesso em: 30 jul. 2021.

CAMPOS, Ana Cristina. IBGE estima que desempregados no Brasil sejam 14,4 milhões. **Agência Brasil**, 30 abr. 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-04/ibge-estima-que-desempregados-no-brasil-sao-144-milhoes>. Acesso em: 21 jul 2021.

D'ANDREA, Tiaraju Pablo. **A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo**. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://acesse.dev/wTcuz>. Acesso em: 21 jul. 2021.

FAUSTINO, Deivison Mendes. **Frantz Fanon: um revolucionário, particularmente negro**. São Paulo: Ciclo Contínuo, 2018. 144 p.

GARCÍA CANCLINI, Nestor. **Culturas transnacionales y culturas populares**. Lima: IPAL, 1988.

GONZALEZ, Lélia. A juventude negra brasileira e a questão do desemprego. In: **Annual Meeting of the African Heritage Studies Association**. Pittsburgh, 26-29 abr. 1979. Mimeografado.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. São Paulo: L&PM, 2011.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Editora Anita, 1994.

MOURA, Clóvis. **A quilombagem como expressão de protesto radical**. 2001 Disponível em: <https://l1nq.com/tHA4G>. Acesso em: 11 de jul 2021.

MOURA, Clóvis. **O Negro: de bom escravo a mau cidadão**. 2 ed. São Paulo: Editora Dandara, 2021.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaio**, Rio de Janeiro, n. 32, dezembro, 2016. Disponível em: <https://encr.pw/CIL3d>. Acesso em: 21 jul. 2021.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014.



MILLS, Charles W. O contrato de dominação. **Meritum**, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 15-70, 2013. Disponível em: <https://11nq.com/WasMP>. Acesso em: 30 jul. 2021.

OLIVEIRA, Dennis. Racismo estrutural: Apontamentos para uma discussão conceitual. **Minga Informativa**, [S. l.], 2001. Disponível em: <https://acesse.dev/HrLIC>. Acesso em: 31 jul. 2021.

OLIVEIRA, Dennis. Ação direta do capital: o poder do capitalismo contemporâneo. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 15, n. 33, 2015. Disponível em: <https://acesse.dev/az7GB>. Acesso em 22 jul. 2021.

OLIVEIRA, Dennis. **Movimentos sociais, cultura, comunicação e território na América Latina**: estudos de experiências de São Paulo, Bogotá e Buenos Aires. 2016. Relatório final (FAPESP) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, **São Paulo**, 2018.

OLIVEIRA, Dennis. **Racismo estrutural**. Uma perspectiva histórico-crítica. 1 ed. São Paulo: Dandara, 2021.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

RECORDE: 14,5 milhões de famílias brasileiras vivem na extrema pobreza. **Portal IG**, 23 maio 2021. Disponível em: <https://economia.ig.com.br/2021-05-23/record-extrema-pobreza-14-5-milhoes-familias-miseria-brasil.html>. Acesso em: 21 jul. 2021.